

## **As *Think Tanks* liberais no Brasil enquanto aparelhos de hegemonia: influências na sociedade civil e no Estado**

---

Evandro Coggo Cristofolletti <sup>1</sup>

Milena Pavan Serafim <sup>2</sup>

### **Resumo**

O objetivo do estudo é investigar os processos de construção de conhecimento e formação de intelectuais de organizações (ultra) liberais chamadas de *Think Tanks*, a fim de apreender suas influências na sociedade civil e no Estado. Metodologicamente, buscou-se descrever alguns aspectos relativos ao histórico de atuação destas organizações liberais; suas formas de atuação e composição geral; interação com instituições de ensino superior e conhecimento científico; alguns argumentos e discursos utilizados por elas; e como buscam formar intelectuais orgânicos.

**Palavras-chave:** Escola Austríaca. Estado. Liberalismo. Sociedade Civil. *Think Tanks*.

### **Abstract**

The purpose of the study is to investigate the processes of building knowledge and training intellectuals of (ultra) liberal organizations called *Think Tanks* in order to grasp their influences on civil society and the state. Methodologically, we tried to describe some aspects related to the history of these liberal organizations; their forms of performance and general composition; interaction with higher education institutions and scientific knowledge; some arguments and speeches used by them; and how they seek to form organic intellectuals.

**Keywords:** Austrian School. State. Liberalism. Civil Society. *Think Tanks*.

---

<sup>1</sup> Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Política Científica e Tecnológica. Campinas, SP, Brasil. E-mail: [evandro.coggo@gmail.com](mailto:evandro.coggo@gmail.com).

<sup>2</sup> Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Ciências Aplicadas, Laboratório de Estudos do Setor Público. Limeira, SP, Brasil. E-mail: [milena.serafim@fca.unicamp.br](mailto:milena.serafim@fca.unicamp.br).

## Introdução

Sobretudo nos últimos três anos, o Brasil passa pelo fortalecimento de diversas contrarreformas liberais que reforçaram o “paradigma” do Estado Mínimo no país. Além do mais, uma subordinação cada vez mais estreita ao capital financeiro nacional e internacional engendra mais dificuldades (para não dizer impossibilidades, dentro da ordem burguesa) de se recorrer às estratégias de desenvolvimento que superem a condição periférica e dependente (CAMPOS, 2017; SAMPAIO JR., 2017). Assim, as agendas liberais e conservadoras nos planos econômico, político, social e cultural potencializam os efeitos causados pelo neoliberalismo; e novos e velhos movimentos políticos contribuem para este processo (LOWY, 2016).

Pensa-se, para os fins deste estudo, nas chamadas *Think Tanks* liberais (TT), ou Institutos Liberais, organizações dedicadas a “travar a guerra das ideias” e pregar a palavra do liberalismo de raiz Austríaca e Monetarista. À vista disso, a presente pesquisa tem como objetivo investigar os processos de produção e disseminação de conhecimento das *Think Tanks* liberais no Brasil, a fim de identificar como estas organizações buscam influenciar as políticas públicas e a sociedade civil. De forma mais específica, a intenção é apreender as especificidades destas organizações através dos processos de criação e disseminação de conhecimento que sustentam suas atividades em dois sentidos: na interação com instituições de ensino superior (IES) e com o conhecimento científico, sobretudo universidades; e na formação de um aparato formativo e de “pesquisa” próprios.

Metodologicamente, buscou-se descrever alguns aspectos relativos aos Institutos Liberais, traçando: o histórico de atuação destas organizações; as formas de atuação e de influência em políticas públicas e na opinião pública; a interação com instituições de ensino superior e com o conhecimento científico; alguns argumentos e discursos utilizados por elas; e como buscam formar seus próprios intelectuais. Utilizou-se de estudos acadêmicos sobre o tema, bem como fontes oficiais, documentos, artigos, sites e demais publicações destas *Think Tanks*. Articulou-se a pesquisa empírica com uma abordagem centrada nas teorias e reflexões de Antonio Gramsci, em especial a discussão acerca dos aparelhos privados de hegemonia e de intelectual orgânico.

## ***Think Tanks* (ultra) liberais enquanto aparelhos de hegemonia**

De uma forma geral, as *Think Tanks* são caracterizadas como organizações, geralmente pertencentes à sociedade civil, criadas com o intuito de produzir conhecimento que intenta o status acadêmico com vistas a influenciar os processos

políticos em âmbito estatal (sobretudo nos poderes executivo e legislativo) ou na própria sociedade civil, constituindo-se como “conselheiros” políticos institucionalizados (ACUÑA, 2009; GARCÉ, 2009; LIMA, 2010; MCGANN, 2016; RIGOLIN; HAYASHI, 2012; SILVEIRA, 2013; STONE, 2006). Para Medvetz (2008), as *Think Tanks* seriam organizações intrinsecamente híbridas que se encontrariam na intersecção dos campos científicos, político, econômico e midiático.

De forma mais específica, retomando uma das definições mais bem-aceitas sobre o tema, pode-se considerar as TT como:

(...) organizations that generate policy-oriented research, analysis, and advice on domestic and international issues in an effort to enable policymakers and the public to make informed decisions about public policy issues. *Think Tanks* may be affiliated with political parties, governments, interest groups, or private corporations or constituted as independent nongovernmental organizations (NGOs). These institutions often act as a bridge between the academic and policymaking communities, serving the public interest as an independent voice that translates applied and basic research into a language and form that is understandable, reliable, and accessible for policymakers and the public (MCGANN, 2009, p. 69).

Como o trecho indica, o conceito incorpora uma gama bastante diversificada e heterogênea de organizações e instituições, tais como centros de pesquisa universitários, fundações de partidos políticos, agências de pesquisas vinculadas ao Estado e às empresas, ONGs, dentre outras (GARCÉ, 2009; LIMA, 2010).

À vista disso, sugere-se considerar alguns elementos fundamentais para caracterizar o que é uma *Think Tank* (LIMA, 2010; MCGANN, 2016; ZHAO, 2017): total ou relativa independência acadêmica, organizacional e financeira em relação a outras organizações – esse fator pode ocorrer em maior ou menor grau, segundo MCGann (2016), pois há TT diretamente ligadas ao Estado, empresas e fundações; produção de conhecimento próprio que intenta o status acadêmico-científico, com capacidade de definição de sua própria agenda de pesquisa; grau de influência direto ou elevado em políticas públicas ou em determinados debates públicos.

Nessa linha, Acuña (2009) as define como: (1) atores coletivos; (2) formalmente institucionalizadas; (3) sem fins lucrativos; (4) cuja função organizacional predominante seja influenciar - ou tentar influenciar - políticas públicas com base na construção e transmissão de conhecimento; e (5) transmissão cujo foco abarca atores que se relacionam direta ou indiretamente com os processos pertinentes às políticas públicas (partidos, mídia, dentre outros). Em suma, constituem-se enquanto instituições de “aconselhamento” ou de “influência” política com base em construção de conhecimento acadêmico, sobretudo nas áreas das ciências humanas, sociais e sociais aplicadas.

Historicamente, reconhece-se que o fenômeno foi originado nos EUA, no início do século XX, com o surgimento de organizações cujo objetivo era profissionalizar e

tecnicizar a política norte-americana através de pesquisas sociais nos campos das relações internacionais e do desenvolvimento, realizando inclusive pesquisas sob encomenda ou contrato (SILVEIRA, 2013; STONE, 2006). No entanto, sobretudo a partir dos anos 1970, há o crescimento de *Think Tanks* com caráter mais ideológico e militante, cujo objetivo seria “vencer a guerra das ideias”.

Assim, fortalecem-se principalmente as organizações cuja missão foi disseminar e apoiar o projeto neoliberal, fazendo parte do movimento da chamada Nova Direita. Alguns estudos, por exemplo, vêm se dedicando a debater o papel destas organizações na disseminação do neoliberalismo nos países latino-americanos e europeus (BAGGIO, 2016; CASTRO REA, 2018; FISCHER; PLEHWE, 2017; GROS, 2004, 2008; ITO; MACHADO, 2016; PREGO, 2016; ROCHA, 2017; SALAS-PORRAS; MURRAY, 2017). Voltaremos a esta questão, foco de nossa pesquisa, posteriormente.

Voltando às *Think Tanks*, concordamos com a crítica feita por Moraes (2013), Rigolin e Hayashi (2012) e Pautz (2011) acerca daquelas conceituações e caracterizações tradicionais citadas, pois ensejam uma pretensão de neutralidade ao revestirem-se com o manto da pesquisa acadêmica. Isso porque, na avaliação de Pautz (2011), a maioria dos estudiosos que tomam as *Think Tanks* como objeto de estudo partem de uma concepção pluralista e elitista da política. Nesse sentido, estas perspectivas tradicionais subvalorizam o caráter ideológico e militante destas organizações, suas vinculações de classe e, assim, sua participação nas dinâmicas conflitivas da sociedade são escamoteadas em detrimento de definições centradas nos aspectos institucionais destes, tomando-as como grupos de pressão cuja particularidade está na produção de conhecimento científico.

Assim, ainda na trilha de Pautz (2011), grande parte dos estudos enamoram-se com o pensamento hegemônico liberal acerca da dinâmica política burguesa, o que acarretaria em uma visão ingênua e não dialética destes objetos; com efeito, não se dá conta de revelar as especificidades e as funções sociais e políticas das *Think Tanks*, mas sim explicar algumas de suas características organizacionais e em como influenciam determinadas arenas políticas específicas. Nessa linha, rejeita-se também as abordagens de “tipo ideal” de inspiração weberiana, pois entende-se que uma definição teórica “destacada” da práxis social contribui para a mistificação dos objetos estudados e não dá conta de compreendê-los como organizações de mediação que atuam no terreno cognitivo-ideológico<sup>3</sup>.

<sup>3</sup> Para mais críticas aos tipos ideais weberianos, ver “Filosofia, ideologia e Ciência Social” (2008) de István Mészáros, especialmente o item 3 do capítulo 1: “O caráter ideológico dos tipos ideais” (p. 22).

Dito isso, esta pesquisa pretende utilizar um referencial crítico, que busca compreender as mediações complexas e dialéticas entre as relações de produção dominantes em dado tempo histórico e as chamadas, pedagogicamente, de superestruturas políticas que sustentam e são sustentadas por ela (TONET, 2013). Particularmente, tomaremos novamente as indicações de Pautz (2011), que sugere utilizar o referencial gramsciano para apreender as *Think Tanks* em geral.

Pode-se dizer que as elaborações teóricas gramscianas oferecem importantes subsídios no tocante à análise da emergência e desenvolvimento do neoliberalismo e dos movimentos que o apoiaram na América Latina (CAMPIONE, 2005; REY, 2012). De fato, Gramsci (1999, 2000, 2001) tratou centralmente de temáticas como a relação entre Estado, sociedade civil e o modo de produção capitalista, bem como o papel da educação, da ideologia, do conhecimento, da cultura e dos intelectuais. Assim, voltando a Gramsci, lembra-se que os aparelhos de hegemonia são instituições com forte cunho educativo, formativo e organizativo; são as manifestações materiais, na sociedade civil, dos processos de disputa ideológica e de produção de consensos que contribuem à sustentação de determinada infraestrutura econômico-produtiva (COUTINHO, 1999; MARTINS, 2004). Nesse ponto, é bom observar que há dois modos de se exercer a dominação de determinados grupos sociais sobre outros: a coerção e o consenso.

Esta díade, bom esclarecer, opera de forma conjunta e, a depender das especificidades históricas, políticas, econômicas e sociais de determinada sociedade, tendem a pender ora para um grau de coerção mais elevado – quando é preciso controlar os conflitos à força para manter ou direcionar os rumos de uma sociedade a determinados projetos societários –, ora para um grau maior de consensos político e ideológico em detrimento da necessidade do uso da violência (GRAMSCI, 1999, 2000).

Interessante notar que, para Gramsci, quanto mais articulada e diversificada é a sociedade civil, há maior possibilidade de se conseguir influenciar as relações de produção, implicando, inclusive, recuos desta última em face da esfera política (COUTINHO, 1999). Com efeito, é no plano do consenso que a hegemonia pode ser caracterizada como o domínio, a liderança e a direção intelectual e moral exercida pela classe dominante sobre a vida social (HOBSBAWM, 2011). Em outras palavras:

La hegemonía es una categoría fundamental en G. que apunta a un fenómeno complejo, caracterizado centralmente por la capacidad de un grupo social para articularse, desde una posición de supremacía, con otros grupos sociales, y orientar la 'visión del mundo' de un conjunto social mucho más amplio que las fronteras estrictas de la clase (...) Los estados de las sociedades más complejas, que han superado el nivel de la defensa económico-corporativa de la clase dominante, tienen ampliada la capacidad para contribuir a establecer la supremacía de clase, pero no han renunciado a ningún instrumento salvo, em principio, a la forma más arbitraria, ilimitada del ejercicio del aparato coercitivo, que pasa a estar

comprendido en las restricciones propias del Estado de Derecho. La hegemonía está concebida como la construcción que permite el paso a una esfera de dirección intelectual y moral, hasta el punto de que la clase que domina pase del particularismo al universalismo y dirija así a otros grupos sociales (CAMPIONE, 2005, p. 4).

Além do mais, conforme Hobsbawm (2011), esta hegemonia não provém automática e mecanicamente das relações materiais de produção, mas é construída constante e deliberadamente pelas classes sociais que buscam produzi-la e disputá-la em um processo recheado de conflitos e contradições. Em termos concretos, ela é exercida em todos os ambientes sociais onde os indivíduos convivem “através de aparelhos hegemônicos públicos ou privados, como escolas, polícia, parlamento, associações culturais, sindicais, partidos, organizações religiosas, editoras ou jornais” (SILVA, 2016, p. 157).

Porém, dado os conflitos de classe inerentes à própria dinâmica capitalista, é possível exercer a contra-hegemonia (com limitações e condicionalidades objetivas, frisa-se) nestes espaços. É interessante notar que as próprias universidades também são aparelhos de hegemonia públicos ou privados, possuindo sua própria especificidade na divisão do trabalho. É bom ressaltar, também, que as disputas hegemônicas não ficam restritas às esferas da sociedade civil e do Estado – que, para Gramsci, não são esferas totalmente distintas entre si –, mas são exercidas também nas próprias relações de produção, visto que a fábrica também é uma instituição educativa (CAMPIONE, 2005; SILVA, 2016).

Não vamos entrar aqui, por questão do escopo do artigo, no debate acerca da relação entre sociedade civil e Estado. Como vimos, a sociedade civil é uma esfera social onde há os aparelhos privados de hegemonia; é uma esfera de mediação entre a infraestrutura econômica e o Estado. Disso, decorre que o Estado, em seu sentido ampliado, seria a junção da sociedade política (burocracia estatal executiva, legislativa e judiciária e aparato militar) com a sociedade civil (aparelhos privados de hegemonia, consenso) (COUTINHO, 1999; SILVA, 2016). Por conta disso, o Estado não seria mero “receptor” dos conflitos presentes na sociedade civil, mas também atuaria ativamente nestes, de acordo com aspectos estruturais e conjunturais.

Longe de debater a fundo a complexidade destes conceitos, cabe ressaltar que o termo ideologia, em Gramsci, significa “convencer o outro a agir de forma determinada”; ou seja, é ideológico tudo aquilo que leva alguém a agir de determinada forma – sua concepção de mundo, seu senso comum, a ciência – e, levando à ação, contém intrinsecamente normas e valores (COUTINHO, 1999; GRAMSCI, 1999; 2000; 2001). Nesse sentido, na sociedade civil, há uma ampla e complexa gama de ideologias e concepções de mundo. Contudo, só algumas delas são relevantes: para se tornar

orgânica socialmente, e com potencial de construção de hegemonia, deve influenciar a sociedade concretamente ao dar expressão às aspirações de grandes correntes históricas de classe ou de grupos com grande vocação hegemônica.

Em suma, a ideologia é uma concepção de mundo articulada a uma ética de ação e conduta correspondente: fato que faz com que Gramsci afirme que tudo é política (COUTINHO, 1999); política que, por sua vez, é considerada – em sua acepção ampla – enquanto atividade que visa a manutenção (conservação e manipulação) ou a transformação (libertação) de determinada ordem econômico-social (HOBBSAWM, 2011). O grande objetivo das *Think Tanks* liberais, como veremos adiante, é tornar a ideologia (ultra) liberal mais homogênea e hegemônica, alcançando diversos grupos e espaços sociais a fim de legitimar projetos societários.

Nesse aspecto, é preciso tocar na questão do intelectual, pois são os indivíduos ou grupos por trás dos aparelhos de hegemonia. Para Gramsci, cada classe social, “nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função” (GRAMSCI, 2001, p. 15). Dessa forma, o empresário cria para si, por exemplo, o técnico da indústria, o cientista da economia, o gerente, jornalistas, professores, dentre outros, cuja função é organizar e dirigir a vida produtiva, social e política.

Configuram-se, assim, como elos de mediação entre grupos sociais e elementos-chaves de intervenção ideológica, política e prática nas massas (SILVA, 2016). Nesse sentido, os intelectuais têm função de hegemonia ou contra-hegemonia e são imprescindíveis à manutenção de determinadas relações de dominação através da criação de consenso e direção. Bom lembrar, contudo, que todos os seres humanos têm a capacidade de tornarem-se intelectuais, mas nem todos exercem efetivamente esta função. Gramsci (2001) pontua que os intelectuais orgânicos estariam, assim como a organização produtiva, submetidos a toda sorte de divisões e especializações, culminando, muitas vezes, em um aparente distanciamento destes grupos em relação à política através de mediações cada vez mais complexas possibilitadas pela criação de instituições sociais. Em consequência, há diferentes tipos de intelectuais de acordo com o grau e a qualidade de especialização em que se encontram e, com isso, diferentes instituições formadoras, científicas e educacionais.

À vista disso, as *Think Tanks*, enquanto aparelhos privados de hegemonia, formam seus intelectuais orgânicos diretamente ligados a determinados grupos ou classes sociais, bem como outras instituições, como mídia, partidos, dentre outros. É preciso ressaltar: considerar as *Think Tanks* – e as próprias universidades – enquanto

aparelhos de hegemonia não deve implicar em reducionismo e simplificação, visto que são particulares historicamente e exercem funções sociais específicas e bastante diferenciadas; o que se evidencia aqui é que ambas participam, de formas diferenciadas, na criação e na disseminação de conhecimento que sustenta e é sustentado pelo combustível oferecido pelos conflitos sociais, possuindo diferentes interpenetrações na sociedade civil e no Estado, bem como dinâmicas internas de funcionamento próprias.

Dizer que os objetos de estudo são aparelhos privados de hegemonia, nesse sentido, é ampliar o foco da análise teórica enquanto um conceito capaz de revelar, de forma abrangente, as mediações entre a estrutura econômica, a educação e o conhecimento produzido, mas sem negar a tarefa científica de apreender suas especificidades (que serão trabalhadas na pesquisa mediante os objetivos principais e secundários). Não se rejeitam, assim, os estudos conceituais hegemônicos sobre as *Think Tanks*, mas parte-se da incorporação crítica destes. Além do mais, a bibliografia consultada indica que estas organizações liberais relacionam-se direta e indiretamente com outras instituições privadas de hegemonia da sociedade civil, de forma institucional ou não: mídia de massa, universidades, partidos e movimentos políticos, dentre outras. Se relacionam também e principalmente com outras *Think Tanks* liberais, empresas e empresários, demonstrando vínculos diretos e estratégicos com estes.

### **As *Think Tanks* liberais no Brasil**

Principalmente a partir da década de 1970<sup>4</sup>, em consonância com o surgimento e fortalecimento da ideologia e das políticas neoliberais, uma série de organizações nascidas da interação entre capitalistas e acadêmicos passou a construir conhecimento com buscas a influenciar os processos políticos das democracias burguesas a favor daquelas práticas – especialmente apoiadas nas teorias provenientes da Escola Austríaca e do monetarismo da Escola de Chicago de economia (GROS, 2009). Caracterizam-se, ideologicamente: pela defesa intransigente da propriedade privada, da livre iniciativa e da autorregulação do mercado; por intervenções estatais na sociedade e na economia são consideradas como “socialistas” e totalitárias; e pelo individualismo metodológico, teoria subjetiva do valor e aplicação de métodos lógico-dedutivos e a-históricos na análise econômica e política. São uma ramificação do pensamento liberal

---

<sup>4</sup> Pode-se dizer que as primeiras organizações liberais surgem nos EUA e na Europa a partir da década de 1950 com o objetivo de difundir o pensamento neoliberal em âmbito nacional e internacional - duas das mais importantes são o “Institute of Economic Affairs” (1955), e a norte-americana “Atlas Economic Research Foundation”, fundada em 1981. Tinham estreita relação com a Sociedade de Monte Pellerin, grupo de intelectuais, políticos e empresários liberais (Milton Friedman, Karl Popper, dentre outros). Estas atuam até hoje.

que, particularmente, ganhou hegemonia na década de 1970, fazendo parte do movimento chamado de “Nova Direita”.

Estas organizações contribuíram objetivamente aos movimentos de erosão do padrão de intervenção característico dos Estados de Bem-Estar Social nos países de capitalismo central e à difusão mundial das cartilhas de reformas econômicas, políticas e sociais liberalizantes. Estas passaram a ser denominadas de *Think Tanks* liberais ou ultraliberais (TT): “centros de pensamento” e de formação política que se expandiram substancialmente, em âmbito global, no final de século XX e início de século XXI (GROS, 2004, 2009; PAUTZ, 2011; SILVEIRA, 2013; STONE, 2006). A justificativa para criação destes “tanques de pensamento” era a de que se necessitava de instituições mais independentes em relação aos partidos políticos para disseminar e militar a favor de reformas pró-mercado (ROCHA, 2017).

Realizavam eventos, cursos e pesquisas com buscas a influenciar a opinião pública e diversas instituições em particular, como partidos políticos, mídia, universidades, dentre outros; vale destacar, ainda que não de forma detalhada, conexões muito próximas destes institutos com grandes empresários e políticos de relevância, como Thatcher no Reino Unido e Ronald Reagan nos EUA (BAGGIO, 2016; FISHER; PLEHWE, 2017; ITO; MACHADO, 2016; MAIRA, 1981; ONOFRE, 2014; ROCHA, 2017; PREGO, 2016; SILVEIRA, 2013;).

Neste mesmo período, estas *Think Tanks* começaram a surgir na América Latina, resultado da atuação direta das organizações liberais norte-americanas e inglesas na constituição destas (ITO; MACHADO, 2016). Além do mais, este processo, ao menos no Brasil, teve origem e foi facilitado: pelos processos de democratização política ocorrida na década de 1980; pelo abandono dos projetos desenvolvimentistas levados a cabo pelos governos militares; pela implementação das reformas liberalizantes em âmbito político-estatal; e pelas próprias mudanças nas relações de produção ocorridas a partir da década de 1990 (CASIMIRO, 2012; GROS, 2004; ROCHA, 2017).

Ao longo dos anos, observou-se o crescimento de *Think Tanks* liberais no Brasil e, atualmente, notou-se forte atuação destas nas manifestações antipetismo e pró-golpe, rotulando os governos petistas enquanto comunistas ou socialistas bolivarianos (BAGGIO, 2016) – interessante ver um dos slogans utilizados por elas, o “Mais Mises, Menos Marx”. Ainda segundo Baggio (2016), um dos movimentos políticos mais atuantes neste processo, o Movimento Brasil Livre (MBL), nasceu – no sentido da formação política e de seus membros – de uma *Think Tank* liberal estudantil (chamada Estudantes Pela Liberdade). Convém destacar que a criação de TT liberais no Brasil se deu e se dá,

geralmente, pela parceria entre empresários e intelectuais, apoiados diretamente pelos institutos norte-americanos (como a Atlas Network). No caso brasileiro:

A experiência brasileira tem como agente precursor o empresário Donald Stewart Jr., que fundou o Instituto Liberal (IL) no Rio de Janeiro, em 1983. Segundo seu pensamento, era fundamental que a massa crítica da sociedade brasileira (estudantes, jornalistas e empresários, entre outros) fosse doutrinação de acordo com os princípios do ideário liberal, para passasse a ter poder de influência sobre as decisões governamentais. Assim, com este objetivo que o IL é criado no RJ e posteriormente expandido para outras cidades do Brasil (ONOFRE, 2014). No Chile, a criação do Instituto Libertad y Desarrollo (LyD), em 1991, representa a busca pelo resgate das ideias pró-mercado estabelecidas durante o regime ditatorial de Pinochet (ITO; MACHADO, 2016, p. 4).

A partir de sua fundação, o Instituto Liberal estabeleceu filiais em São Paulo, Brasília, Curitiba, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife (CASIMIRO, 2012). Outros dois institutos foram importantes para a consolidação do neoliberalismo no Brasil, embora menos comentados pela literatura: o Instituto de Estudos Empresariais e o Instituto Atlântico, criados no final da década de 1980 (ROCHA, 2017). Especialmente, estes primeiros institutos buscaram se consolidar no cenário político e angariar apoio principalmente perante empresários e políticos através da realização de atividades tais como: cursos, eventos, programas de rádio e televisão, panfletos e cartilhas, publicação de obras liberais, prêmios de jornalismo, propostas de políticas públicas, dentre outros (GROS, 2004, 2007; ONOFRE, 2014).

Na época da Constituinte de 1988 no Brasil, atuaram contra as garantias de direitos sociais e trabalhistas, buscando influenciar, junto com outras organizações, a elaboração da Carta Magna em 1988 (CASIMIRO, 2012; GROS, 2004)<sup>5</sup>. O interessante a se reter é que a democratização política ocorrida abriu caminho para estas organizações (CASIMIRO, 2012; GROS, 2004; ROCHA, 2017); muito porque, em termos gramscianos, se a coerção era elemento chave para compreender a hegemonia das classes dominantes sob a égide da ditadura, a construção do consenso ideológico se tornava necessário em um ambiente mais aberto politicamente – não que a coerção deixasse de existir enquanto elemento-chave, vale ressaltar, pois o projeto neoliberal nas democracias burguesas carrega em seu seio uma dose de conservadorismo e fascismo necessária à sua sobrevivência e efetivação (HARVEY, 2013; LÖWY, 2015).

Com efeito, segundo Gros (2004, p. 144), as TT liberais se constituíram “como centros de difusão ideológica do neoliberalismo, eles se constituem numa forma peculiar de organização da burguesia brasileira”, que se diferenciavam das organizações corporativas tradicionais (como associações setoriais e de classe, partidos, dentre

<sup>5</sup> Segundo Rocha (2017, p. 109): “Desde sua fundação até 1993, o IL-RJ foi extremamente ativo e foi capaz de atrair 200 mantenedores do meio empresarial e promover mais de 500 eventos no país com 169 palestrantes ligados ao Instituto. Os institutos estaduais atuavam de modo centralizado, baseados nas decisões do Conselho Nacional dos Institutos Liberais”.

outras), pois “não se trata de defender interesses econômicos imediatos, mas de construir a hegemonia burguesa, ou seja, difundir uma concepção de mundo que transforme os preceitos do livre mercado em pensamento único”.

Como é possível notar, o eixo principal de atuação destas organizações constituiu-se, assim como hoje, na criação e disseminação de informação e conhecimento – com intenção de status acadêmico.

Nesse sentido, tivemos a ação de determinados grupos no âmbito da sociedade civil, que buscaram naturalizar e universalizar seus interesses de classe como consenso. Essa ação pedagógica de persuasão discursivo-ideológica foi realizada por agentes e instituições, que investiram capital material e simbólico para defender seu posicionamento dominante no jogo político-econômico nacional (...) Era preciso articular, entre si, os interesses das distintas frações do capital, e é justamente nesse aspecto que apontamos o papel fundamental dos mecanismos midiáticos e da organização de outros aparelhos privados de hegemonia, para a construção de consenso em torno do projeto neoliberal. A reprodução do capital necessita de atores que, em níveis diferenciados, agem nos debates políticos e sociais. A hegemonia pressupõe a luta constante de afirmação, ou seja, ela é historicamente construída e cotidianamente defendida (CASIMIRO, 2012, p. 35).

Ao longo do tempo, diversas organizações deste tipo foram surgindo: umas de caráter mais militante e de “denúncia” ao esquerdismo na sociedade, pregando os benefícios do livre mercado; outras de “perfil” mais acadêmico e de pesquisa; outras destinadas à formação de líderes políticos e empreendedores<sup>6</sup>.

Pensamos ser importante ter em mente, mesmo que de forma superficial, que estas organizações fortaleceram sua atuação nos últimos cinco anos, reforçadas pela retomada de uma agenda ainda mais liberalizante com a posse de Michel Temer em 2016 (BAGGIO, 2016; ITO; MACHADO, 2016). Nesse sentido, cabe um adendo importante: o Estado não deve ser considerado uma instituição neutra, que recebe passivamente a influência destes institutos e movimentos liberais. Pelo contrário, sua atuação e estrutura político-administrativa desde as reformas neoliberais reforçam as relações dialéticas entre ele e a sociedade civil.

Assim, de forma geral, para Löwy (2016, p. 52), no Brasil, tivemos “um golpe pseudolegal, supostamente dentro do Estado de Direito, mas com uma restrição cada vez maior dos direitos”. Para o autor, a democracia, no mundo, acabou se tornando um peso muito grande ao capital e suas frações (sobretudo a financeira), prejudicando à continuidade do projeto neoliberal. No Brasil, para Löwy (2016) e Leher *et al.* (2017),

<sup>6</sup> A literatura consultada destaca que a conjuntura brasileira e latino-americana dos últimos anos (especialmente de 2013 à 2018) ressuscitou o debate acerca das *Think Tanks* enquanto peças importantes na derrubada ou tentativa de desestabilização dos governos progressistas que tomaram posse na primeira década do século XXI e da retomada dos programas neoliberais (BAGGIO, 2016; ITO; MACHADO, 2016; LOWY, 2016; OLIVEIRA; MACHADO, 2016).

mediante um panorama de crise econômica e política, ocorreu à quebra do “pacto” que havia permitido um governo de esquerda, mesmo que tímido, governar. Em suma:

A força relativa do “lulismo” - lastreada pela memória de que, afinal, em seus governos, ocorreram melhorias nas condições de vida de grande massa da população, em virtude do ciclo ascendente do PIB e do consumo de massa - está desvinculada, em grande parte, do PT e da CUT. Existe uma expressão material que fundamenta a perda de apoio do governo Dilma que não decorre apenas das corporações da mídia: uma severa crise econômica e social que já é mais longeva do que a terrível crise de 1982. O diagnóstico elaborado pela Casa das Garças para suposta saída da crise é simplório: a crise é fiscal. É preciso cortar fundo os gastos sociais para proteger o pagamento do serviço e dos juros da dívida assumida pelo Estado e, não menos importante, em associação com a contrarreforma da previdência e a flexibilização da legislação trabalhista (sobrepondo o acordado sobre o legislado). Somente um governo não eleito, mas com forte apoio do Congresso poderia dar conta dessa tarefa: retirar os ganhos sociais da Constituição de 1988 (...) Tais medidas aprofundarão a condição capitalista dependente, notadamente a exploração e a expropriação dos trabalhadores, o saqueio dos recursos naturais, a simplificação das cadeias [produtivas] (LEHER; VITTORIA; MOTTA, 2017, p.17-18).

Nesse contexto, surgem “novos” movimentos políticos liberais e conservadores, e fortificam-se os velhos, que emergem para encampar estas pautas e fazer oposição a qualquer alternativa progressista (LOWY, 2016) – como o já citado Movimento Brasil Livre (MBL) e os Institutos Liberais enquanto aparelhos de hegemonia que buscam dar suporte cognitivo a estes movimentos.

Um segundo adendo importante, antes de passarmos à análise da atuação dos Institutos Liberais no Brasil, é destacar os vínculos estreitos com TT liberais norte-americanas. Um dos principais institutos – se não o principal – é o já citado “Atlas Economic Research Foundation”, sediado em Washington (EUA), e que atua desde 1981 como grande propulsor e estimulador da atuação de outros institutos ao redor do mundo. Em consulta preliminar ao site da Atlas Network<sup>7</sup>, é possível encontrar o número de 177 *Think Tanks* liberais nos EUA, 12 no Canadá, 136 na Europa, 85 na América Latina, 18 na África, 9 no Oriente Médio, 25 na Ásia e 9 na Austrália e Nova Zelândia. Claro que o número de TT deste tipo, estima-se, é bem maior, pois o site da organização lista os principais parceiros conectados e monitorados diretamente por ele.

Na América Latina, os países com maior número de TT liberais diretamente ligadas a Atlas são: Chile, com 13 TT; Brasil e Argentina, com 12 cada; Peru, com 8 organizações; Bolívia, Costa Rica e México, com 5 TT cada; e Uruguai e Venezuela com 4 organizações cada. Seguindo as indicações de Baggio (2016), e em consulta ao site da Atlas Network, pode-se destacar a realização anual do evento “Liberty Forum and Freedom Dinner”, que congrega representantes de diversas *Think Tanks* pelo mundo e

<sup>7</sup>Veja em: <https://www.atlasnetwork.org/partners/global-directory>.

tem como objetivo identificar, treinar e apoiar indivíduos com potencial para desenvolver organizações que propaguem a visão de mundo da Atlas. Neste evento, são reunidos os chamados “Campeões da Liberdade”, líderes destacados de *Think Tanks* liberais, escolhidos de acordo com a eficácia, abrangência e sucesso de suas ações regionais e nacionais. Além do apoio organizacional (por meio de treinamentos) oferecido pela Atlas, há a possibilidade de repasse de recursos financeiros (BAGGIO, 2016).

Nessa linha, por exemplo, pode-se discutir a questão do chamado *soft power*, tema utilizado, sobretudo, para analisar determinadas relações internacionais, indicando as formas pelas quais um país pode exercer poder e dominação sobre outros através de mecanismos culturais e ideológicos, bem como produzir instabilidade política e social através de mecanismos não-violentos (LORUSSO, 2015; VIGEVANI *et al.*, 2011; ZAHARAN; RAMOS, 2010). Tais estratégias foram amplamente utilizadas no reforço do “anticomunismo” e na disseminação da “norte-americanização” dos países dependentes, bem como nos processos de desestabilização política para que a implementação do neoliberalismo fosse facilitada. Merece destaque que este conceito recebe influências das teorias gramscianas sobre a hegemonia, principalmente no que se refere às estratégias de poder utilizadas pelos EUA. Concretamente, as *Think Tanks* seriam organizações diretamente envolvidas neste processo, como demonstramos.

Voltando às organizações brasileiras, pode-se destacar algumas delas<sup>8</sup>:

- Instituto de Estudos Empresariais (1984, RS), destinado a formar lideranças empresariais e políticas;
- Instituto Friedrich Naumann para a Liberdade (1992, SP), filial de uma *Think Tanks* alemã que trabalha com a formação de empresários e jovens lideranças;
- Instituto Liberdade (2004, RS), com foco em realização de cursos e publicação de artigos e estudos, composto por profissionais liberais das áreas do direito, da economia e do jornalismo;
- Instituto Millenium (2006, RJ), fundado por economistas e que hoje conta, em seu quadro de apoio, com figuras da mídia (como Rodrigo Constantino) e do mundo acadêmico, político e empresarial (como Jorge Gerdal, Armínio Fraga e Henrique Meirelles);
- Instituto Mises Brasil (2007, SP), fundado pelo empresário Hélio Beltrão, publica artigos de opinião sobre temas contemporâneos na economia e

<sup>8</sup> Veja mais em: <http://www.ilisp.org/> (ILISP); <http://iee.com.br/> (IEE); <http://brasil.fnst.org/> (FNST); <http://instituliberdade.com.br/> (Instituto Liberdade); <https://www.institutomillenium.org.br/> (Instituto Millenium); <https://mises.org/> (Mises Institute); <http://www.epl.org.br/> (Estudantes Pela Liberdade); <http://liberdadeeconomica.mackenzie.br/en/> (Liberdade Econômica).

política, desenvolve uma pós-graduação em Escola Austríaca e edita uma revista científica, intitulada “Mises: Revista Interdisciplinar de Filosofia, Direito e Economia”;

- Estudantes pela Liberdade (2010, MG), localizado na UFMG e composto por estudantes, destina-se a formar lideranças empresariais e políticas liberais, com filiais por faculdades e universidades pelo Brasil;
- Mackenzie Center for Economic Freedom (2016, SP), laboratório de pesquisa da Universidade Mackenzie, realiza pesquisas, cursos de extensão e de pós-graduação em economia e administração (são os responsáveis pelo “Índice de Liberdade Econômica”).

Assim, pode-se dizer que os institutos liberais no Brasil e na América Latina atuam em duas grandes frentes (BAGGIO, 2016; ITO; MACHADO, 2016; MAIRA, 1981; ONOFRE, 2014; PLEHWE, 2017; PREGO, 2016; ROCHA, 2017; SILVEIRA, 2013): doutrinação ideológica das elites e da classe média, sobretudo os segmentos importantes na formação da opinião pública e de conhecimento, como universidades (estudantes e docentes), mídia (jornalistas e capitalistas do setor), políticos (partidos e movimentos), militares, juízes e advogados, dentre outros – além do empresariado; e formulação de propostas de políticas públicas de caráter liberal. Além do mais, tratam de incentivar a criação de outros institutos liberais no Brasil e na América Latina, formando uma rede articulada de instituições – a Red Liberal da América Latina (RELIAL).

Ainda segundo a bibliografia consultada e a pesquisa prévia realizada nos veículos oficiais de comunicação destas organizações, elas geralmente são compostas por empresários, políticos, “intelectuais” (filósofos, cientistas políticos, economistas) e profissionais liberais em geral (jornalistas, advogados, etc.); e obtêm recursos de doações – se declaram sem fins lucrativos – de pessoas físicas e jurídicas. Suas principais atividades são:

- Tradução e divulgação de obras literárias liberais;
- Produção de artigos e estudos relacionados ao pensamento liberal e a temáticas econômicas e políticas contemporâneas e polêmicas;
- Difamação do pensamento de esquerda;
- Atuação em redes sociais diversas, bem como em rádio e televisão;
- Realização de cursos para docentes e estudantes dentro e fora de universidades;
- Criação de prêmios de jornalismo;
- Elaboração de propostas de políticas públicas;
- Publicações mensais de revistas, cadernos e cartilhas;

- Realização de eventos, conferências e seminários;
- Atuação política direta em manifestações e interações diversas com partidos, mídia e associações de classe.

É possível destacar, também, a atuação em rede destas organizações no Brasil. Destaca-se a Rede Liberdade, cujo objetivo é coordenar as *Think Tanks* para potencializar a capacidade de influência nas políticas públicas. Esta Rede reúne 28 institutos, além de 20 grupos e núcleos de estudos (BAGGIO, 2016). Além disso, reúne alguns movimentos como o chamado “Movimento Endireita Brasil” e o já citado MBL. Os eventos e fóruns nacionais e latino-americano também são importantes para a consolidação e fortalecimento da atuação das TT. Temos, assim, o Fórum da Liberdade, assim como o Congresso RELIAL<sup>9</sup>.

É central, na atuação destas organizações liberais, mobilizar conhecimento que intenta o status acadêmico a fim de legitimar suas ações – inclusive, pregam que a economia liberal é científica, neutra e livre de ideologias (GROS, 2004, 2009). Nesse aspecto, é interessante notar que a batalha teórica e ideológica também ocorreu nas universidades. Fisher e Plehwe (2017), em estudo sobre a história das *Think Tanks* neoliberais na América Latina, identificam a centralidade da inter-relação entre estas e o ambiente acadêmico no próprio surgimento das *Think Tanks* no continente:

Neoliberal intellectuals considered higher education to be a particularly important area for promoting political change. Flagships are Francisco Marroquín University in Guatemala, founded by MPS member Manuel Ayau in 1971, and the Graduate School of Economics and Business Administration (ESEADE) in Buenos Aires, founded by MPS member Alberto Benegas Lynch Jr in 1978. In Chile, the Fundación Adolfo Ibáñez, presided over by MPS member Pedro Ibáñez Ojeda, set up a business school in the 1950s that was transformed into the Adolfo Ibáñez University in the 1980s. The universities became important sites for transnational networking and the collaboration of neoliberal academics. Given the polarized political situation, the pioneer *Think Tanks* frequently went beyond intellectual activities. They also engaged in direct action, such as infiltration of trade unions, blacklisting of trade union members or even the support for counter-revolutionary militias. Other activities were more similar to today's *Think Tank* activities—that is, publications, radio propaganda and dissemination, public campaigns, student and business education and leadership training. Support in the form of conference sponsorship, scholarships and visits from renowned liberal scholars came from the Foundation for Economic Education (FEE) and its founding president Leonard Read, the Latin American Information Committee, Heritage, the Aspen Institute for Humane Studies (all from the United States), and the German Naumann Foundation for Liberty (Bailey 1965; Fischer 2016). Apart from foreign foundations (local and transnational), the private sector was and still is the main source of funding (FISHER; PLEHWE, 2017).

<sup>9</sup> Sobre o Fórum, a descrição do evento pontua que ele reúne, anualmente, cerca de 5 mil pessoas, com mais de 200 mil acessos na plataforma on-line do Fórum e em redes sociais. São realizadas transmissões ao vivo do evento que chegariam ao número de 100 mil acessos e visualizações, sem contar com os vídeos no YouTube que alcançam cerca de 215 mil acessos (veja mais em: <http://forumdaliberdade.com.br/home/sobre-o-forum/>).

Ainda segundo os autores, este padrão de interação continuaria ao longo das décadas seguintes. No Brasil, nota-se que estes institutos buscaram influenciar, particularmente, os cursos e faculdades de economia, sob a alegação de que haveria uma doutrinação keynesiana (quando não marxista) nas principais escolas (GROS, 2004). Nesse sentido:

Para combater a hegemonia desse pensamento “ideologizado” e propiciar a ampliação do espaço ocupado pela teoria liberal na reflexão acadêmica, os institutos patrocinaram atividades conjuntas com universidades. No Rio de Janeiro, o IBMEC e a Universidade Santa Úrsula incluíram entre suas especializações o estudo da Escola Austríaca de Economia, da economia do direito e das leis e da economia do meio-ambiente (IL Notícias, 47, 1995). Além disso, os textos de vários de seus professores passaram a ser publicados pelos institutos. Para estimular o estudo de autores liberais nas faculdades de economia, foi instituído o prêmio Alfred Marshal - Concurso IL/Nestlé de Monografias, concedido aos melhores trabalhos elaborados por estudantes universitários sobre temas pré-definidos de economia liberal. Esse prêmio, concedido anualmente entre 1989 e 1997, foi patrocinado pela Nestlé (Idéia Liberal, 3, 1988; Informe Liberal, mar. 1997) (GROS, 2004, p.148).

Outro exemplo importante nesse sentido é a Câmara de Estudos e Debates Econômicos e Sociais (CEDES), criada em 1980 por Paulo Rabello de Castro, economista que realizou doutorado na Universidade de Chicago. Esta organização era composta por um grupo de intelectuais que buscavam “renovar” o pensamento liberal brasileiro, sobretudo oferecendo respostas aos problemas da inflação da época (ROCHA, 2017). A CEDES era composta por um grupo de intelectuais, dos quais grande número eram egressos da Universidade de São Paulo, principalmente da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE). Sobre o Instituto Liberal, Rocha (2017) pontua que o planejamento da TT em 1993 era influenciar, além de políticos e empresários, mais de 400 professores universitários. Além disso, disponibilizavam-se livros liberais para estudantes e docentes, realizavam-se seminários, concediam-se bolsas de estudos e programas de intercâmbio, concursos de monografia, dentre outras ações. De forma mais atual, a pesquisa de Baggio identificou que:

Chama atenção a presença das mesmas pessoas em várias dessas organizações, incluindo empresários - que, com frequência, são patrocinadores desses institutos, ou seja, doadores de recursos, como pessoas físicas ou jurídicas - e os chamados “especialistas”: economistas, jornalistas, cientistas políticos, juristas, “consultores” etc. São pessoas que atuam, ao mesmo tempo, em órgãos de imprensa da mídia corporativa, em geral como colunistas, e nas organizações liberais ou ultraliberais, além de participarem ativamente dos eventos dessas organizações, ministrando palestras, cursos etc. (BAGGIO, 2016, p. 6).

Como podemos notar, o histórico se repete: estas organizações possuem articulações diretas com os chamados “formadores de opinião”, utilizam-se de conhecimento acadêmico e de estratégias de disseminação do conhecimento. Os autores não vão mais a fundo na relação entre TT e universidade. Percebemos que as

instituições acadêmicas de ensino superior são importantes interlocutores em dois sentidos: enquanto públicos-alvo da disseminação da ideologia neoliberal (das *Think Tanks* para a universidade); e enquanto fornecedoras de intelectuais orgânicos a elas e de conhecimento acadêmico. Esses dois fluxos são mutuamente alimentados, visto que quanto mais capacidade de influência dentro das universidades, mais intelectuais orgânicos podem surgir (e vice-versa).

Nesse sentido, podemos citar três casos que, através do exame preliminar destes institutos, nos parecem exemplares. Um deles é do Instituto Ludwig Von Mises, uma das TT liberais de maior porte em termos de produção de materiais e de seguidores. Ito e Machado pontuam que:

O avanço dos novos meios de comunicação facilitou o ordenamento espontâneo de uma massa crítica composta por estudantes universitários, intelectuais e jovens profissionais, voltados para estudo e divulgação de um corpo teórico econômico com viés liberal. É nesse contexto que nasce, no final de 2007, o Instituto Ludwig Von Mises Brasil (OSTERMANN, 2014). Sob a liderança do empresário Hélio Beltrão, o IMB coordena suas ações como forma de realizar três objetivos principais: 1) difusão das ideias da Escola econômica Austríaca, 2) restauração da relevância da teoria, nas ciências sociais, frente ao empirismo e 3) a defesa do livre mercado e da propriedade privada e oposição ao papel intervencionista do estado nos mercados e nas sociedades (IMB, 2016). Para alcançar tais objetivos, o instituto conta com um grupo de especialistas dos setores privado e acadêmico que estão constantemente elaborando textos de opinião sobre uma gama de assuntos relacionados à política, economia e filosofia (...) Além dos artigos de opinião, o instituto dispõe de uma loja online com mais de 60 livros de autores da Escola Austríaca, realiza diversos cursos presenciais e virtuais, inclusive já apresenta a opção de um programa de pós-graduação, e organiza conferências e seminários com a presença dos principais defensores desta escola no mundo. O resultado dessas ações pode ser constatado através da maciça presença e influência nas redes sociais. (ITO; MACHADO, 2016, p. 8)

O trecho destacado evidencia os dois processos destacados em nosso objetivo: a criação de conhecimento ocorreria através da interação com especialistas e com universidades, bem como pela criação de um aparato formativo próprio. Destaca-se, como já citado, a edição de uma revista acadêmica e da Pós-Graduação em Escola Austríaca<sup>10</sup>, que oferece cursos multidisciplinares em Ciência Política, Filosofia e Economia, dentre outros. Sabemos do número grande de citações diretas deste texto, mas achamos pertinente dar a palavra literal à própria proposta pedagógica do curso:

É cada vez maior, no mundo todo, o crescimento da chamada Escola Austríaca de Economia, cujas ideias centrais fundamentam-se na defesa do liberalismo e na demonstração de sua superioridade em relação a outros sistemas político-econômicos, como o socialismo e o intervencionismo. Apesar de ainda não fazer parte do mainstream acadêmico, a Escola Austríaca não é mais uma completa desconhecida, tendo representantes em importantes universidades nos EUA e na Europa (cite-se, por exemplo, os programas de Mestrado e Doutorado em Escola Austríaca da Universidade Rey Juan Carlos, em Madri, Espanha, conduzido há alguns anos pelo professor Jesús Huerta de Soto, o da

<sup>10</sup> Veja em: [https://www.mises.org.br/FramePage.aspx?page=PGEA\\_Principal](https://www.mises.org.br/FramePage.aspx?page=PGEA_Principal).

Universidade Francisco Marroquin, na Guatemala, dirigido pelo professor Gabriel Calzada e o da George Mason University, nos Estados Unidos, coordenado pelo professor Peter Boettke). No Brasil, a Escola Austríaca vem ganhando mais atenção desde o ano de 2008, após a criação do Instituto Ludwig von Mises Brasil, que difunde as ideias dessa escola de pensamento de diversas formas: publicação diária de artigos, em seu site na internet, à luz da doutrina “austríaca” (destacam as traduções de textos clássicos e contemporâneos de expoentes da Escola Austríaca, como Mises, Hayek, Kirzner, Rothbard etc.); realização de conferências (até hoje foram realizadas quatro, sempre com a presença de palestrantes estrangeiros de renome, como Hoppe, Block, Rockwell, Woods etc.); oferecimento de cursos on line e publicação de livros. Merece destaque também o referido instituto já possuir uma revista acadêmica semestral Mises: Revista Interdisciplinar de Filosofia, Direito e Economia que, em cada volume, desde 2013, publica vários artigos referenciais sobre Direito, Economia e Filosofia à luz dos ensinamentos da Escola Austríaca.

Como é possível notar, colocam-se como “outsiders” na academia brasileira, justamente pela suposta doutrinação esquerdista nas universidades, e militam pelo crescimento da abordagem liberal. Atualmente, a iniciativa de maior destaque, para além daquelas já citadas, é o Mises Summer School, um curso intensivo e imersivo realizado pelo Instituto para treinar cerca de 30 jovens selecionados<sup>11</sup>. Outro instituto que merece destaque, dentro dos objetivos do projeto, é o Estudantes Pela Liberdade. Achamos pertinente, novamente, transcrever a autodescrição oferecida no site da organização para evidenciar o vínculo desta com o conhecimento acadêmico e com as universidades:

A história do Estudantes Pela Liberdade iniciou em 2010 como um blog no qual Juliano Torres e Anthony Ling escreviam conteúdo. O primeiro projeto foi o "Estudos Pela Liberdade" na forma de uma revista acadêmica. Nessa época dois grupos faziam parte da organização: o Circulo de Estudos Roberto Campo e Circulo Bastiat, um na URGS e outro na Faculdade Pitágoras. Em 2012 no Seminário de Verão do Instituto Ordem Livre organizado por Diogo Costa, Magno Karl e Elisa Martins, foi o ano em que resolveram criar um projeto mais elaborado para mudar a vida dos estudantes nas universidades brasileiras. Juliano Torres pegou para si o grande desafio e contou com ajuda de Anthony Ling, Lino Gill, Pedro Menezes e Mano Ferreira para dar início as atividades de uma organização focada na divulgação das ideias de liberdade.

Como afirmamos, no seio acadêmico, o principal mote de atuação desta TT é a realização de treinamentos e cursos em Economia, bem como a realização de projetos diversos. Por exemplo, um dos projetos chama-se “Academia da Liberdade”, uma série de cursos e eventos de capacitação com vistas a formar lideranças estudantis; dentre os cursos oferecidos, tem-se os de Ciência Política, treinamento de gestão de *Think Tanks*, treinamento de comunicação, dentre outros.

O último exemplo, de perfil mais acadêmico, é o Centro Mackenzie de Liberdade Econômica, que se intitula “um *Think Tank* liberal acadêmico, único no Brasil baseado numa Universidade. É uma iniciativa do Instituto Presbiteriano Mackenzie (IPM) junto à Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM)”. Composto por docentes da instituição

<sup>11</sup> Veja em: <https://summer.mises.org.br/>.

das áreas de Economia e Administração de Empresas, atua no tripé ensino (mestrado e cursos de pós-graduação), pesquisa (estudos sobre efeitos da regulação, empreendedorismo e inovação) e extensão (cursos, palestras, seminários).

Destaca-se a realização do Índice de Liberdade Econômica, que mede a facilidade de se abrir e gerir uma empresa no Brasil e em alguns países (levando em conta questões como regulação, imposto, “burocracia”, dentre outros). Além deste, há: o projeto Painel Mackenzie de Liberdade Econômica – simulador computacional de mudanças na facilidade de se fazer negócios nos países; o Projeto Observatório do Legislativo – observar e analisar como determinadas leis e regulações podem afetar a liberdade das instituições; e o Fórum Anual de Liberdade Econômica – evento acadêmico com palestras, recepção de artigos, convidados internacionais, dentre outros, para debater a liberdade econômica.

Para além destes exemplos, vale ressaltar que, de forma geral, o levantamento preliminar mostrou que todas as organizações aqui mencionadas possuem vinculações diretas e indiretas com grupos universitários, docentes, estudantes e pesquisadores – como, para citar outro exemplo, a parceria entre a PUC-RS e o Instituto Millenium para a realização do Fórum da Liberdade (BAGGIO, 2016). Seja porque encomendam estudos e artigos de opinião, seja em sua própria composição, ou em projetos que tentam influenciar o meio acadêmico, destaca-se também a participação de seus membros na produção de artigos e teses em revistas acadêmicas liberais, bem como a própria criação de publicações e revistas não acadêmicas destinadas a estabelecer-se enquanto espaço de suporte cognitivo.

### **Considerações finais**

Como vimos, as *Think Tanks* liberais fortalecem-se a partir da emergência das práticas e da ideologia neoliberal no mundo a partir da década de 1970. Suas ramificações atingiram a América Latina e, em grande medida, o Brasil. Sob apoio direto de organizações liberais e empresários norte-americanos, e fruto da união entre empresários e intelectuais, as TT liberais nascem no Brasil na década de 1980 e, de forma irregular ao longo do tempo, vêm se disseminando. A atual conjuntura se torna propícia para que apareçam na opinião pública de forma mais explícita.

De forma geral, enquanto aparelhos de hegemonia, estas organizações atuam na produção de conhecimento (ultra) liberal, como artigos de opinião e “científicos”, tradução e edição de livros de autores importantes a esta ideologia, realização de cursos, palestras, eventos, atuação em redes sociais, formulação de propostas de políticas públicas, dentre outros. Se relacionam com empresários, políticos, mídia, acadêmicos e

profissionais liberais. Porém, sua grande especificidade é a produção de conhecimento que visa o status científico, buscando diferenciar-se de outras organizações de classe e fornecendo apoio cognitivo e intelectuais orgânicos a estas. Em suma, disputam hegemonia e travam a guerra das ideias em diversos meios sociais e instituições.

### Referências bibliográficas

- ACUÑA, C. Análisis comparativo de cuatro estudios de caso sobre institutos de investigación de políticas (o *Think Tanks*) en México, Brasil, Ecuador y Uruguay. In: WEYRAUCH, V. (org.). **Acercando la investigación a las políticas públicas en América Latina**. Buenos Aires: Fundación CIPPEC, 2009.
- BAGGIO, K. G. Conexões ultraliberais nas Américas: o *Think Tank* norte-americano Atlas Network e suas vinculações com organizações latino-americanas. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DA ANPHLAC, 12., 2016, Campo Grande. **Anais [...]** São Paulo: ANPHLAC, 2016.
- CAMPIONE, D. Hegemonía y contrahegemonía en la América Latina de hoy. Apuntes hacia una nueva época. **Sociohistórica**, La Plata, n. 17-18, p.13-36, 2005.
- CAMPOS, F. A. Imperialismo e herança mercantil na industrialização brasileira. In: LIMA FILHO et. Al. (orgs). **Movimentos sociais e crises contemporâneas à luz dos clássicos do materialismo crítico**. Uberlândia: Navegando, 2017.
- CASIMIRO, F. H. C. A construção do projeto neoliberal no Brasil (1988-1998): instituto liberal e o discurso da “flexibilização” e ataque às propostas de reforma agrária. **Revista IdeAS**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 33-65, 2012.
- CASTRO REA, J. Right-Wing *Think Tank* Networks in Latin America: The Mexican Connection. **Perspectives on Global Development and Technology**, Amsterdam, v. 17, n. 1-2, p. 89-102, 2018.
- COUTINHO, C. N. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- FISCHER, K.; PLEHWE, D. Neoliberal *Think Tank* Networks in Latin America and Europe: Strategic Replication and Cross-National Organizing. In: SALAS-PORRAS, A.; MURRAY, G. (orgs.). **Think Tanks and Global Politics**. New York: Palgrave Macmillan, 2017. p. 159-186.
- GARCÉ, A. Estudio marco. In: MENDIZABAL, E.; SAMPLE, K. (orgs.). **Dime a quién escuchas: Think Tanks y partidos políticos en américa latina**. Estocolmo: IDEA Internacional, 2009.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho. Co-edição de Luíz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. v. 1
- GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho. Co-edição de Luíz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v. 3
- GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho. Co-edição de Luíz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 2
- GROS, D. B. Considerações sobre o neoliberalismo como movimento ideológico internacional. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 29, n. 2, p. 565-590, 2009.

- GROS, D. B. Institutos liberais, neoliberalismo e políticas públicas na Nova República. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.19, p.143-160, 2004.
- HOBBSAWM, E. **Como mudar o mundo: Marx e o marxismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- ITO, R.; MACHADO, C. A volta do pensamento liberal na América Latina? Um estudo sobre a influência da escola econômica austríaca na região. *In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL PENSAR E REPENSAR A AMÉRICA LATINA*, 2., 2016, São Paulo. **Anais [...]** São Paulo: PROLAM, 2016.
- LIMA, M. C. **O futuro das ideias: análise estrutural e incertezas críticas prospectivas para Think Tanks**. 2010. Dissertação (Mestrado em Administração) - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2010.
- LEHER, R.; VITTÓRIA, P.; MOTTA, V. C. Educação e mercantilização em meio à tormenta político-econômica do Brasil. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**. Salvador, v. 9, n. 1, p. 14-24, 2017.
- LORUSSO, F. Management y privatismo: Pilares ideológicos del neoliberalismo y la americanización en América Latina. **Política y Cultura**, Xochimilco, n. 43, p. 95-123.
- LOWY, M. Da tragédia à farsa: o golpe de 2016 no Brasil. *In: JINKINGS, I. et al. (orgs.) Por que gritamos golpe?* Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.
- MAIRA, L. Nota preliminar sobre la influencia (creciente) del pensamiento de la nueva derecha norteamericana en América Latina. **Revista Mexicana de Sociología**, Coyoacán, p. 1923-1943, 1981.
- MARTINS, M. F. **O valor pedagógico e ético-político do conhecimento para a “filosofia da transformação” de Gramsci e sua relação com o marxismo originário**. 2004. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.
- MCGANN, J. G. **The Global "go-to Think Tanks": The Leading Public Policy Research Organizations in the World: 2008**. Pennsylvania: University of Pennsylvania Scholarly Common, 2009.
- MCGANN, J. G. **2016 Global Go To Think Tank Index Report**. Pennsylvania: University of Pennsylvania Scholarly Common, 2016.
- MEDVETZ, T. **Think Tanks as an emergent field**. New York: Social Science Research Council, 2008.
- MÉSZÁROS, I. **A montanha que devemos conquistar: reflexões acerca do Estado**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.
- MORAES, T. A. Os *Think Tanks* brasileiros em perspectiva: características gerais, apontamentos conceituais e possibilidades de pesquisa. *In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA*, 27., 2013, Natal. **Anais [...]** São Paulo: Anpuh, 2013.
- ONOFRE, G. A Nova Direita no Brasil: o caso dos Institutos Liberais brasileiros. *In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO*, 16., 2014, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Anpuh-Rio, 2014.
- PAUTZ, H. Revisiting the think-tank phenomenon. **Public Policy and Administration**, Londres, v. 26, n. 4, p. 419-435, 2011.
- PREGO, M. F. Los intelectuales de derecha en América Latina: los usos sociales del conocimiento y su vinculación con la política. **Question**, Buenos Aires, v.1, n.50, p.414-427, 2016.
- REY, M. T. **El Estado en América Latina: continuidades y rupturas**. Buenos Aires: Editorial ARCIS, 2012.

- RIGOLIN, C. D. C.; HAYASHI, M. C. P. I. Por dentro dos “reservatórios de idéias”: uma agenda de pesquisa para os *Think Tanks* brasileiros. **Liinc em Revista**, Brasília, v. 8, n. 1, 2012.
- ROCHA, C. O papel dos *Think Tanks* pró-mercado na difusão do neoliberalismo no Brasil. **Millcayac Revista Digital de Ciencias Sociales**, Mendoza, v. 4, n. 7, p. 95-120, 2017.
- SAMPAIO JR., P. A. Um desfecho melancólico: notas sobre o momento histórico e os desafios da esquerda. *In*: LIMA FILHO *et al.* (orgs). **Movimentos sociais e crises contemporâneas à luz dos clássicos do materialismo crítico**. Uberlândia: Navegando, 2017, 343p.
- SILVA, D. R. **Hegemonia e educação**: proposta gramsciana de superação da subalternidade. 2016. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.
- SILVEIRA, L. **Fabricação de ideias, produção de consenso**: estudo de caso do Instituto Millenium. 2013. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.
- STONE, D. Public policy analysis and *Think Tanks*. *In*: FISCHER, F.; MILLER, G. (orgs.). **Handbook of Public Policy Analysis: Theory, Politics, and Methods**. New York: CRC Press, 2006.
- TONET, I. **Educação contra o Capital**. São Paulo: Instituto Lukàcs, 2016.
- VIGEVANI, T.; ALINE, R. A. M.; MANOELA, M.; PRISCILA, R. A contribuição marxista para o estudo das relações internacionais. **Lua Nova**, São Paulo, n. 83, p. 111-143, 2011.
- ZHRAN, G.; RAMOS, L. From hegemony to soft power: implications of a conceptual change. *In*: PARMAR, I.; COX, M. (orgs.). **Soft power and US foreign policy**. Durham: Routledge, 2010.
- ZHAO, R.; WEI, M.; QUAN, W. Evolution of *Think Tanks* Studies in View of a Scientometrics Perspective. **Knowledge Organization**, Wurzburg, v. 44, n. 5, 2017.